

# **CULTURA ESCRITA EM MEIOS POPULARES: FAMÍLIA, ESCOLA E IMPRESSOS**

ANA LUCIA ESPÍNDOLA (UFMS).

## **Resumo**

O objetivo do presente trabalho é discutir a cultura escrita em famílias de meios populares e de que forma os materiais impressos se fazem presentes nas vidas de um grupo constituído por 17 famílias cujos filhos freqüentam uma escola de uma periferia urbana da cidade de Três Lagoas, MS. Para obter os resultados aqui apresentados fizemos usos de entrevistas com os sujeitos bem como observações em suas residências. Os dados obtidos nos levam a discutir a dificuldade do acesso ao impresso como uma característica forte nos meios populares o que não inviabiliza a presença do escrito em outro formato que não o impresso. Por outro lado os dados nos indicam também a presença da escola nestas famílias como uma importante agência de letramento criando a necessidade do escrito e possibilitando sua circulação em tais famílias. Também a falta da posse não indica a falta de contato com materiais escritos como indicou algumas pesquisas da década de oitenta em nosso país. Temos como princípio neste trabalho que a leitura e a escrita são saberes socialmente construídos e, portanto, precisam ser socializados. Por outro lado também acreditamos que não podemos fetichizá-las dando a essas duas práticas poderes ilimitados como se faz comum em alguns discursos sobre a leitura e a escrita. Além disso, por estarmos discutindo sua prática nos limites de uma sociedade dividida em classes sociais, as tomamos também não só como um direito, mas como instrumentos de luta contra as desigualdades. Dessa forma, a discussão sobre a questão da cultura escrita em meios populares não estará aqui apontada apenas como uma prática diletante, mas, especialmente, como uma prática politicamente orientada.

## **Palavras-chave:**

cultura escrita, família, meios populares.

## **1 INTRODUÇÃO**

O objetivo do presente trabalho é discutir a cultura escrita em famílias de meios populares e de que forma os materiais impressos se fazem presentes nas vidas de um grupo constituído por 17 famílias cujos filhos freqüentam uma escola de uma periferia urbana da cidade de Três Lagoas, MS. Para obter os resultados aqui apresentados fizemos usos de entrevistas com os sujeitos bem como observações em suas residências. Os dados obtidos nos levam a discutir a dificuldade do acesso ao impresso como uma característica forte nos meios populares o que não inviabiliza a presença do escrito em outro formato que não o impresso. Por outro lado os dados nos indicam também a presença da escola nestas famílias como uma importante agência de letramento criando a necessidade do escrito e possibilitando sua circulação em tais famílias. Também a falta da posse não indica a falta de contato com materiais escritos como indicou algumas pesquisas da década de oitenta em nosso país.

Para apresentação dos dados obtidos dividimos este trabalho em três momentos. No primeiro nos centraremos em discutir algumas questões preliminares sobre leitura e letramento em meios populares. No segundo passaremos a descrever a pesquisa desenvolvida e os resultados obtidos até o momento e, ao final, encaminharemos nossas conclusões.

O discurso acerca da falta de leitura dos brasileiros pode ser encontrado reiteradas vezes em diversas instâncias sociais. Na própria escola é comum ouvirmos os professores afirmarem que seus alunos não lêem. Por outro lado, em outras instâncias é comum o discurso de que os próprios professores não são leitores.

Temos como princípio neste trabalho que a leitura e a escrita são saberes socialmente construídos e, portanto, precisam ser socializados. Por outro lado também acreditamos que não podemos fetichizá-las dando a essas duas práticas poderes ilimitados como se faz comum em alguns discursos sobre a leitura e a escrita. Além disso, por estarmos discutindo sua prática nos limites de uma sociedade dividida em classes sociais, as tomamos também não só como um direito, mas como instrumentos de luta contra as desigualdades.

Dessa forma, a discussão sobre a questão das práticas de leitura em meios populares não estará aqui apontada apenas como uma prática diletante, mas, especialmente, como uma prática politicamente orientada, pois, de acordo com Abreu (1999, p.15), "a leitura não é prática neutra. Ela é campo de disputa, é espaço de poder".

O acesso das camadas populares aos bens culturais de forma geral e à tecnologia do ler e escrever em particular tem sido uma reivindicação histórica de diversos setores sociais comprometidos com as transformações e superação de desigualdades, ainda tão presentes na sociedade brasileira, bem como em todas as sociedades regidas pelo modo capitalista de produção.

Entretanto e apesar disso, temos dados bastante assustadores em relação ao domínio da leitura e escrita. Segundo o IBGE 13,9 milhões de brasileiros eram, em 2004, não-alfabetizados (GALVÃO e DI PIERRO, 2007). Daqueles que figuram entre os alfabetizados encontramos ainda um número significativo de pessoas com um domínio bastante elementar da leitura e da escrita. Não podemos nos esquecer também que os dados estão em intrínseca relação com os indicadores utilizados para aferi-los:

Atualmente, o indicador de alfabetização mais utilizado para comparações históricas e internacionais é construído por meio da informação dos recenseamentos nacionais periódicos da população a respeito da capacidade declarada pelos informantes de ler e escrever um bilhete simples. Como esse é um nível muito elementar de conhecimento da língua escrita e a sociedade atual tem exigências mais complexas em relação à capacidade de ler, escrever e calcular, vem sendo considerado também o grau de instrução dos indivíduos. A escolaridade é tomada como indicador de alfabetização com base na hipótese de que as pessoas adquirem, elevam e consolidam as habilidades de leitura e escrita ao longo de sua trajetória escolar. (ibid, p. 56)

Assim, pode-se tomar como um dos indicadores da alfabetização o grau de instrução dos sujeitos sendo que quatro anos de escolaridade vem sendo sugerido como o mínimo para uma pessoa tornar-se plenamente alfabetizada. Ao fazer uso desse indicador é possível constatar que cerca de 30 milhões de brasileiros podem ser classificados como analfabetos funcionais (*ibid*).

Por outro lado, a diversidade das condições de ensino no Brasil leva os pesquisadores brasileiros a considerar o indicador de tempo de escolarização como insuficiente para compreender a questão. A tentativa de organização de um Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional - INAF - pelo instituto Paulo Montenegro em parceria com a Ong Ação Educativa vem trazendo anualmente dados bastante interessantes sobre as práticas de letramento desenvolvidas no

Brasil por pessoas pertencentes a todas as camadas sociais e com diversificados graus de instrução. Há a constatação de que muito ainda precisa ser feito no sentido de compreendê-las melhor e de forma desprovida de preconceitos. Vale lembrar que nas pesquisas realizadas para a construção do INAF a escolaridade foi o fator de maior destaque para o desempenho em leitura e escrita (GALVÃO, 2003).

Uma questão que se faz bastante presente quando discutimos o letramento em meios populares diz respeito ao fato de que há um discurso generalizado na sociedade brasileira apontando para um mau relacionamento do brasileiro com a leitura. O discurso de que o brasileiro não lê encontra uma ampla ressonância na mídia. Os dados trazidos pelo INAF nos ajudam a questionar essa afirmativa:

Os resultados dessa pesquisa trouxeram algumas novidades: contrariando um discurso corrente sobre o desinteresse dos brasileiros pela leitura e sobre sua baixa familiaridade com os livros, 67% dos entrevistados dizem gostar de ler. 32% `gostam muito e 35% `gostam um pouco (...). A pergunta feita era bastante específica- `O (a) senhor (a) gosta ou não gosta de ler para se distrair ou passar o tempo?` É preciso lembrar que a distração e o passatempo não são, necessariamente, os motivos mais fortes que levam alguém à leitura. (...) Por isso é ainda mais significativo que tantos tenham respondido positivamente a uma pergunta que aborda uma finalidade muito particular da leitura. (ABREU, 2003, p. 33-4)

Se por um lado é falso o tão propagado desinteresse do brasileiro pela leitura, por outro, constata-se, na mesma pesquisa, a dificuldade de acesso das camadas populares, especialmente, aos livros e escritos de forma geral. Portanto, o leitor brasileiro apesar do gosto parece ter dificuldade de acesso.

Por outro lado, tem havido nos últimos anos discussões que apontam para uma escolarização da leitura e a indicação desse fator como um entrave para a formação de leitores. O termo escolarização tem sido usado, por outro lado, muito frequentemente, com sentido pejorativo e depreciativo em relação ao conhecimento. Entretanto, não podemos nos esquecer que um dos papéis da escola é justamente escolarizar os conhecimentos presentes no mundo social e adequá-los a um determinado tempo e espaço, o escolar. É, portanto, da essência da escola, escolarizar.

Assim, o aprendizado da leitura e da escrita - que são práticas sociais - precisa ser moldado dentro do espaço e tempo escolar para transformar-se em objeto de ensino. Portanto, tais práticas não acontecerão dentro da escola da mesma forma que acontecem fora dela. Terão características próprias especialmente pela necessidade de controle características da ação escolar. Soares (2003) afirma que é impossível para a escola não escolarizar, mas que, entretanto, pode estar havendo uma escolarização não desejável da leitura.

A mesma autora já desde a década de 1980 apontava para a necessidade premente de se diferenciar o que ela chamava à época, de processos de aquisição da língua escrita e processo de desenvolvimento da língua escrita (SOARES, 1985). Assim, a autora insiste na necessidade de diferenciar o processo de aquisição da língua - alfabetização - do processo de desenvolvimento da língua - letramento. Isso se faz importante para que não se perca a especificidade da alfabetização nas práticas de letramento. Ou seja, a escola precisa alfabetizar - levar a criança a dominar a tecnologia da escrita - mas precisa, também, letrá-las. Este é o grande desafio que se apresenta hoje para os anos iniciais do ensino: alfabetizar letrando.

Embora a palavra letramento tenha sido usada pela primeira vez em língua portuguesa na segunda metade da década de oitenta é a partir da década de 1990 que ela vem cada vez mais se firmando para caracterizar os usos da língua escrita em contextos escolar e não escolar.

É inegável que em uma sociedade grafocêntrica como a nossa, todos - de uma forma ou de outra, em maior ou menor grau - estão expostos à língua escrita e, portanto, desenvolvem maneiras diferentes de ser letrados, tal como já apontado por Goulart (2002).

Dessa maneira, as práticas de letramento estão presentes, sem sombra de dúvida nas camadas populares. Vianna (2005) ao analisar as formas de presença das famílias de camadas populares na escolarização de suas crianças alerta para o fato de que precisamos identificar as práticas de cada família tendo em vista que não há um estilo familiar único. Da mesma forma, acreditamos que precisamos fazer o mesmo em relação às práticas letradas desenvolvidas pelas famílias de meios populares tendo em vista que nem sempre essas práticas corresponderão a alguns protótipos já estabelecidos.

Dados recentes apresentados pelo INAF apontam que a relação entre níveis de letramento e níveis de escolarização é bastante paradoxal, pois embora haja uma correlação positiva entre as duas variáveis também há diferenças significativas entre o letramento escolar e o letramento social.

Entretanto, é possível afirmar que um maior grau de escolarização leva a maior participação em eventos e práticas letradas, conforme Soares (2003):

(...) Os dados mostram que, de maneira significativa, embora não absoluta, que quanto mais longo o processo de escolarização, quanto mais os indivíduos participam de eventos e práticas escolares de letramento, mais bem-sucedidos são nos eventos e práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita (p.111)

Porém, conforme apontado pela mesma autora, isso precisa ser, melhor investigado, pois as relações entre escolarização e letramento são ainda "imprecisas e obscuras" e se faz necessário maiores estudos sobre elas para melhor compreendê-las.

Assim, nos perguntamos de que forma a cultura escrita e os materiais impressos se fazem presentes nas vidas de um grupo constituído por 17 famílias oriundas das camadas populares? É a esta questão que nos remeteremos na análise dos dados.

## **2 - Os dados da pesquisa**

Vimos desenvolvendo desde o ano de 2007 uma pesquisa do tipo etnográfico e temos como sujeitos um grupo constituído por mulheres e crianças moradoras de um bairro de periferia da cidade de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul. Quinzenalmente o grupo se reúne com a equipe da pesquisa e são lidas/contadas histórias de literatura infantil que servem de mote para a observação e discussão das práticas letradas no grupo. Os encontros têm favorecido a criação de laços de proximidade com os sujeitos que possibilitam a melhor compreensão de tais práticas. Os dados aqui apresentados referem-se à primeira parte da pesquisa já concluída.

Utilizamos como fonte de coletas de dados entrevistas semi-estruturadas, questionários e observações. Nos limites deste trabalho apresentaremos os dados que nos respondem às indagações sobre a presença de materiais escritos nas famílias estudadas e de que forma tais materiais marcam as práticas de letramento do grupo estudado.

Os sujeitos da pesquisa são moradores do bairro São João, um dos mais antigos da periferia da cidade de Três Lagoas. A princípio determinamos que os sujeitos deveriam ter filhos com idade entre cinco e sete anos e que pelo menos uma criança deveria ser aluno da escola do bairro. Após algumas discussões no grupo de pesquisa concluímos que o melhor seria ampliarmos a idade limite das crianças para dez anos de forma que poderíamos pegar todas as crianças do primeiro segmento do ensino fundamental. Este foi apenas um critério de escolha dos sujeitos o que não impediria a participação no grupo de crianças menores e que não fossem alunos da escola.

Nossa opção pelo trabalho com mães se pauta no fato de que são elas, em sua maioria e independente do grau de instrução, que se responsabilizam pela vida escolar dos filhos, participando das reuniões de pais e acompanhando a vida escolar das crianças. Isso nos foi possível constatar pelas observações já realizadas na escola e pelas informações fornecidas pela supervisora escolar.

O primeiro passo do trabalho foi convidar as mães que tinham filhos nos cinco primeiros anos do ensino fundamental e da educação infantil a participar do grupo. Não delimitamos a idade das crianças nem número de crianças que cada mãe poderia trazer para as sessões de contagem de história.

Na primeira reunião discutimos a periodicidade dos encontros que se dariam quinzenalmente. Apresentamos o projeto com os objetivos que tínhamos. Combinamos a metodologia do trabalho que seria sempre a leitura e/ou projeção de um dos livros escolhidos pelo grupo, uma discussão sobre a temática tratada e uma atividade desenvolvida pelas mães juntamente com seus filhos.

Ainda neste encontro colhemos diversas informações sobre o grupo através de um questionário respondido pelas mães.

Durante o ano de 2007 foram realizados seis encontros e no primeiro semestre de 2008 também seis encontros. No primeiro semestre de 2009 foram feitos 03 encontros e mais 06 estão previstos para o segundo semestre. Até o momento aplicamos 17 questionários, seis entrevistas e observações em cinco residências. Temos um grupo de mães cuja frequência oscila entre seis e 23 presentes nas sessões de contagem de história e discussão. Há um grupo de nove mães que participam de uma forma mais intensa e efetiva das atividades tendo poucas faltas aos encontros.

O questionário respondido pelas mães e as entrevistas realizadas nos oferece diversas informações sobre os sujeitos investigados.

A idade das mães que freqüentam o grupo varia entre 17 e 48 anos sendo que a maior parte delas (11) encontra-se na faixa etária de 20 a 30 anos. Cinco mães trabalham fora e desempenham funções de diarista, doméstica, auxiliar de escritório, auxiliar de produção em curtume e ajudante de cozinha.

A idade das crianças varia de menos de um ano a 12 anos de idade. A maior incidência está entre aquelas de seis, sete e oito anos de idade.

Quanto ao grau de instrução o menor corresponde à antiga quarta série primária tendo sido este informado como grau de escolarização de três mães. Oito mães freqüentaram os anos finais do ensino fundamental, duas têm o ensino médio incompleto e três o ensino médio completo. Os motivos relatados pelas mães para terem interrompido os estudos são de duas ordens distintas: ou por que precisaram trabalhar (quatro respostas) ou por terem se casado e/ou engravidado (sete respostas).

Trabalhamos para a obtenção dessa resposta com seis entrevistas aprofundadas. Todas as entrevistadas estudaram em escolas públicas e pertencem a famílias sem tradição de longevidade escolar. Quanto ao nível de instrução das mães entrevistadas temos dois grupos de sujeitos: o primeiro composto por aqueles que não têm o ensino fundamental completo - EFI - e o segundo por aqueles com o ensino médio completo ou incompleto - EM. No primeiro grupo temos um sujeito com a antiga 4ª série primária e outro com a 6ª série. No segundo grupo temos duas com o primeiro ano do ensino médio; uma no último ano do ensino médio e outra com o ensino médio completo

## **2.1 - *“Livro é uma coisa boa”*: Presença de materiais escritos nas famílias investigadas**

Como procedimento para coleta de dados sobre a presença de materiais escritos nas famílias utilizou-se entrevistas e observações. As observações foram previamente agendadas com os sujeitos e tiveram como principal objetivo observar os materiais escritos presentes na residência. Consideramos como materiais escritos não apenas os impressos como livros, folhetos, bíblias, bulas de remédio etc., mas todos aqueles que envolvem a língua escrita, tais como cartas, bilhetes, blocos de anotações, etc. As entrevistas, por outro lado, buscaram compreender como tais materiais foram adquiridos e o uso dado a eles pelos sujeitos.

Embora o discurso corrente aponte para a ausência de materiais escritos nas famílias de camadas populares nossos dados nos indicam que esta é uma questão que precisa ser repensada. O escrito está presente, em maior ou menor escala, em todas as famílias que observamos. Há algumas diferenças quanto ao suporte, aos gêneros encontrados, mas a presença é constatada em todas as residências.

Encontramos os mais diversificados materiais escritos nas residências observadas. Apresentamos aqui uma lista dos materiais encontrados e a quantidade de residências onde foi possível observá-los: foram encontrados, bíblia e/ou livros religiosos (06), contos diversos (06) livros didáticos (06), revistas (06), livros de literatura infantil (05) calendários (04), recortes de embalagens de alimentos com receitas (03), listas telefônicas (03), agendas telefônicas (03) folhetos de supermercado e de propagandas (03), dicionários de língua portuguesa (03) enciclopédias (03), bulas de remédios (03), manuais de eletro domésticos (03), livros de receitas impressos (02), dicionários inglês/português (02), recados na geladeira como forma de lembrar datas e compromissos (02), livros literários (01) cadernos de receita manuscritos, (01) jornais (01).

Como é possível perceber, a presença de bíblias e materiais religiosos, assim como livros didáticos, contos impressos e revistas são os materiais escritos mais encontrados sendo possível percebê-los em todas as famílias investigadas. Livros literários, cadernos de receitas manuscritos e jornais os mais raros estando presentes em apenas uma das famílias observadas.

Quanto à origem do material percebemos uma diversidade grande que nos mostra o empenho das famílias em obtê-los para que os filhos possam usufruir deles. Uma

prática corrente que podemos observar é a doação de materiais escritos e, ao mesmo tempo, o empenho da família em guardar os suportes impressos como forma de ajudar os filhos na escola:

Os livros que eu tenho vêm assim de família alguns foram comprados outros foram dos meus irmãos que foi comprando né quando eles estudavam (Hel EM)

Esses livros de historinha foram a escola que deu né, e tem um que eu comprei esse aqui, essas apostilas foram os coleguinhas aqui da rua que dão o livro de receita eu ganhei quando fiz um curso do SESC e eu tenho um tio que trabalha no lixão e sempre que ele acha livros ele vem e traz pros meninos e eu gosto e mando ele trazer sempre que ele achar porque livro é uma coisa boa (Ros, EFC)

Os materiais escritos presentes cumprem um importante papel no processo de formação das crianças e até mesmo para as próprias mães fazerem uso deles:

Às vezes quando eu... estou assim mais... termino o serviço de casa, eu gosto de pegar cartilha mesmo dele e fica lendo, olhando... (Dam EFI)

Alguns dos materiais escritos encontrados revelam uma necessidade engendrada pela escola. As revistas, material presente em todas as residências, são buscadas pelas mães para serem utilizadas pelos filhos nas tarefas escolares:

eu precisei pra que a Ang pudesse estar trabalhando com recortes de palavras e figuras né, ela trabalhava bastante mais o ano passado (Hel, EM)

Quando tem uma pesquisa por que tem dia que tem que recortar algumas letras pra tarefa do Art, por que tem muitas letras que ele tira pra recortar e colar. (Dam EFI)

Podemos observar aqui a presença da escola criando a necessidade de materiais escritos especialmente para usos escolares. A exigência de determinados materiais como revistas, dicionários e enciclopédias para a execução das tarefas escolares faz com que as famílias busquem tais materiais de diferentes formas.

Então as revistas é de conhecido sabe, eu vou nas casas das pessoas que eu já trabalhei de babá, daí eu pergunto a senhora tem revista pra eu levar pra minha filha pra fazer trabalho de escola, daí eu trago (Rob, EM)

Ao mesmo tempo a escola também contribui para a existência do escrito, quando oferece livros de literatura infantil e mesmo livros didáticos tal como o relatado por Cla:

A enciclopédia foi comprada, eu comprei, agora o resto os meninos ganharam da escola. (Cla, EFI)

Assim, a escola se faz presente quando se trata do material escrito especialmente por criar necessidades para o uso do escrito e, ao mesmo tempo, por disponibilizá-lo, em alguns casos.

### **3- Considerações finais**

Os dados recolhidos e analisados nos remetem a algumas questões importantes.

Uma questão que nos chama particularmente a atenção é o fato da escola produzir a necessidade da presença do escrito, especialmente do impresso, nas famílias observadas. Através da demanda das tarefas escolares a escola acaba por contribuir para a existência e o uso do material escrito mesmo que apenas para atividades, ditas `escolarizadas`, como recorte de letras, palavras, etc.

De qualquer forma, podemos concluir que a escola, bem como o tempo de escolarização, leva a uma relação diferente dos sujeitos com a cultura escrita. Primeiro por propiciar, talvez, uma maior competência para ler e escrever e isso funcionar como um fator de encorajamento para a realização de leituras. Segundo por criar demandas para o uso dos materiais escritos. Pensar a escola como instituição estruturada sobre práticas escriturais, a nosso ver, pode explicar essas questões. É a esta questão que nos remeteremos em uma próxima etapa da pesquisa.

## 5 - Referências bibliográficas

ABREU, Márcia (org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado das letras, 1999.

ABREU, Márcia. Os números da cultura. In: **Letramento no Brasil**: reflexões a partir do INAF 2001. São Paulo: Editora Global, 2003. p. 33-46

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Leitura: algo que se transmite entre as gerações? In: RIBEIRO, Vera Masagão (org.). **Letramento no Brasil**: reflexões a partir do INAF 2001. São Paulo: Editora Global, 2003. p. 125-154

GALVÃO, Ana Maria DI PIERRO, Maria Clara. **Preconceito contra o analfabeto**. São Paulo: Cortez, 2007.

GOULART, Cecília Maria Aldigueri. A noção de letramento como horizonte ético político para o trabalho pedagógico: explorando diferentes modos de ser letrado. **Projeto de Pesquisa desenvolvido na Faculdade de Educação - UFF**, Rio de Janeiro, 2002.

SOARES, Magda. As muitas facetas da alfabetização. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 52, p. 19-24, fev. 1985.

\_\_\_\_\_. Letramento e escolarização. **Letramento no Brasil**: reflexões a partir do INAF 2001. São Paulo: Editora Global, 2003.

VIANNA, Maria José Braga. As práticas socializadoras familiares como lócus de constituição de disposições facilitadoras de longevidade escolar em meios populares. **Educação e Sociedade**. Campinas, n. 90 p. 1-17. Jan-Abr. 2005.

